

agit

JORNAL DA JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA
N.º 115 ABRIL 2015



ABRIL sempre!

Março foi mês de luta

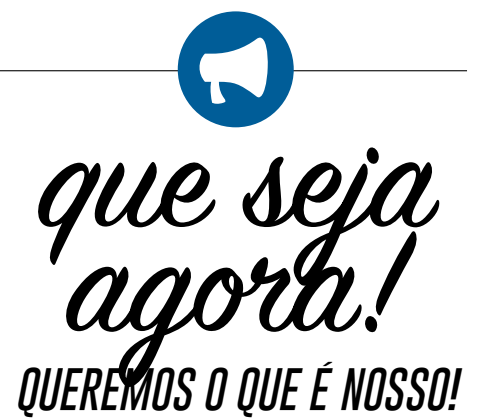
No dia 18, centenas de estudantes do Ensino Básico e Secundário protestaram contra a falta de condições materiais e humanas nas escolas. Seguiram-se os estudantes do Ensino Superior, que no Dia do Estudante exigiram uma educação mais justa. Também os jovens trabalhadores estiveram nas ruas numa Marcha Nacional que percorreu o país e culminou com uma Manifestação em Lisboa.

De tudo o que Abril abriu

25 de Abril é sinónimo de resistência, lutas e conquista de direitos. A Revolução de 1974 que pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, trouxe a liberdade ao povo português e durante o período de conquistas que se lhe seguiu o país conheceu o maior e mais rápido desenvolvimento da sua história.

Jerónimo de Sousa

O AGIT entrevistou o Secretário-Geral do PCP. Abordando vários temas, desde a resistência ao fascismo e o 25 de Abril, aos períodos eleitorais que se avizinham, Jerónimo de Sousa terminou apelando aos jovens para não baixarem os braços e intensificarem a luta. pág. 16



Tu fazes parte da alternativa!

“São todos iguais”, “Isto nunca vai mudar”, “Não quero saber de política”... estas são algumas das várias frases que ouvimos regularmente. A comunicação social, ao serviço do capital, bombardeia-nos diariamente de ideias conformistas que procuram aligeirar a força da indignação daqueles que estão fartos do jogo de alternância entre PS, PSD e CDS.

São os cortes na educação, o aumento das propinas, o ataque à Acção Social Escolar, os tempos de espera nas urgências do hospital, são os salários que não nos pagam, o desemprego, a emigração forçada... São estas e outras as amarras a que esses mesmos três partidos nos prenderam nos últimos anos. A austeridade — esse bicho que nos querem fazer crer que é inevitável — empobrece-nos diariamente, ao mesmo tempo que os “bolsos VIP” se enchem. São os milhões entregues aos bancos e os impostos dos grandes grupos económicos sempre a diminuir e, enquanto isso, somos nós que não podemos estudar, que não temos trabalho, que não conseguimos pagar a renda da casa, ou que não temos acesso à cultura.

É urgente inverter o rumo a que nos leva esta política e defender os interesses da juventude. Contrariamente ao que tantas vezes nos procuram convencer, o PCP e a CDU — Coligação Democrática Unitária — apresentam soluções, apresentam projecto, apresentam opções de defesa do povo e da juventude: a renegociação da dívida, nos seus montantes, juros, prazos e condições de pagamento; a defesa e o aumento da produção nacional; a

recuperação para o Estado do sector financeiro e outras empresas e sectores estratégicos; a valorização efectiva dos salários e pensões; a tributação dos dividendos e lucros do grande capital e de alívio dos trabalhadores; a defesa e recuperação dos serviços públicos; e a adopção de uma política soberana, de defesa e afirmação dos interesses nacionais.

É esta a tua alternativa! A alternativa que permitirá uma vida digna para a juventude, o trabalho com direitos, uma Educação gratuita e de qualidade, o acesso à habitação, à cultura e ao desporto. Uma alternativa que permita que sejamos felizes no nosso país. É a CDU que nos garante um futuro no nosso país e é na Juventude CDU que se encontram todos os jovens que recusam baixar os braços, que sabem que é possível alcançar vitórias, que o caminho de mudança está nas suas mãos.

É por isso que dizemos: traz a luta até à rua! É tempo de fazermos ouvir as nossas reivindicações, é tempo de defender aquilo que Abril conquistou, é tempo de exigir estudar, trabalhar e viver com dignidade. Dia 6 de Junho em Lisboa seremos milhares na Marcha “A força do Povo - Todos à rua por um Portugal com futuro”, seremos muitos mil a avolumar, a dar confiança à nossa força, a tomar partido, a decidir por si. Apelamos a toda a juventude, a todos os que estão indignados com esta situação, a todos os que aspiram a mudança e uma alternativa, que se juntem a esta grande Marcha que encherá as ruas com a nossa voz!

Que seja agora! Queremos o que é nosso! ★

Sobre o silenciamento do PCP na Comunicação Social

Atenção! Eles não querem dar voz a quem te defende

O PCP é alvo de uma ofensiva sem paralelo na Comunicação Social (CS) feita, entre outras, essencialmente sob duas formas distintas: através do silenciamento da sua actividade e o branqueamento ou a deturpação das suas iniciativas e propostas para uma verdadeira política alternativa.

O que se passou no Encontro Nacional do PCP, realizado a 28 de Fevereiro, em Loures, mostra a quem serve esta CS. De um Encontro com intervenções tão ricas e tão ligadas à realidade e em que participaram mais de 2000 pessoas, pouco ou nada foi dito ou mostrado. A RTP fez uma peça com 27 segundos, a TVI com 45 segundos e a SIC... ignorou por completo o Encontro.

Assistimos na CS a um silenciamento geral de toda a acção do PCP. Não há nas televisões um representante do Partido Comunista Português nos programas de debate político. Não há um comunista a comentar a actualidade política como têm PSD, PS, CDS e BE. Para não dar tanto nas vistas, ocasionalmente é convidado um deputado ou dirigente do PCP, mas o desequilíbrio é visível e sempre em seu desfavor.

Paralelamente, as propostas do PCP raramente são notícia, de forma a ajudar a propagar a ideia errada de que este é só um «Partido de protesto».

Nada de novo.

Em 1997 o provedor do Público, após uma queixa de um leitor sobre a deficiente cobertura fotográfica feita aos comunistas conclui, depois de analisar várias edições, que «a desvantagem do PCP é notória!». Também no programa Prós e Contras muitas foram as vezes em que o PCP foi o único Partido com assento parlamentar a não ser convidado para os debates televisivos.

A luta de classes encontra também na CS uma dura batalha. Fruto da dominação por parte dos grandes grupos económicos dos meios de comunicação, os princípios básicos da pluralidade e imparcialidade assentes no código deontológico dos jornalistas são postos todos os dias em causa. Resta-nos o *Avante!* e o AGIT e o trabalho de contacto pessoal que todos os dias o PCP e a JCP pratica nas ruas, nas escolas, nos locais de trabalho, nos sítios onde está a juventude, para combater esta ofensiva. ★



Direitos conquistados não podem ser roubados. Queremos o que é nosso!

Quando falamos do 25 de Abril de 1974 e do derrube do fascismo em Portugal, falamos também 48 anos de resistência, sacrifício e luta contra um regime que retirava a liberdade e a dignidade ao povo português. Falamos da vitória colectiva da construção do processo revolucionário que trouxe conquistas que foram a materialização das aspirações do povo a uma vida digna, com acesso aos mais vastos direitos e liberdades, que apesar de todo o processo contra-revolucionário, ainda tem reflexos nos dias de hoje.

As aspirações que a Revolução transformou em direitos mantêm-se na actualidade, num quadro de avanço da política de direita e de profundo ataque aos direitos da juventude, protagonizados pelos governos PS, PSD e CDS-PP.

Tal reflecte-se na luta que a juventude tem vindo a travar e que teve particular expressão

e intensidade no passado mês de Março. Assim foi quando os jovens trabalhadores desenvolveram acções por todo o país, que culminaram no dia 28 com uma grande manifestação em Lisboa, lutando contra a precariedade e o desemprego, defendendo o trabalho digno e com direitos; tal como com os estudantes do Ensino Básico, Secundário e Profissional, que no passado dia 18, lutaram por mais investimento na Educação e contra os ataques às liberdades e democracia nas escolas, defendendo a escola de Abril; ou quando os estudantes do Ensino Superior saíram à rua no dia 24 lutando pelo direito a estudar, sem propinas e com mais apoios sociais, um direito que foi conquistado e consagrado com a Revolução.

O reforço da luta, que é urgente e necessário, é inseparável do reforço da Juventude Comunista Portuguesa, da organização de cada vez mais jovens

que lutem diariamente pela transformação da sociedade e do país. É inseparável também do alargamento e convergência para a ruptura com esta política e a construção da alternativa política, que, em vez de olhar para os valores de Abril e os direitos da juventude como uma coisa do passado, os coloque no futuro de Portugal e os reponha nas nossas vidas. Para tal, grandes momentos contribuirão: a mobilização e participação na grande Marcha “A força do povo — Todos à rua por um Portugal com futuro” no dia 6 de Junho, em Lisboa; o envolvimento na 5.ª edição do Acampamento pela Paz, organizado pela Plataforma 40x25, que mais uma vez se realizará em Évora e terá como tema central os 70 anos da derrota do Nazi-Fascismo; e a Festa do Avante!, nos dias 4, 5 e 6 de Setembro, grande momento de mobilização da juventude para o maior momento político cultural que é uma grandiosa expressão de luta.

São tempos difíceis, mas coloca-se a questão: *Para quem é que é difícil?* É sempre para os mesmos, para os trabalhadores e a juventude, urgindo a necessidade e importância de dar mais força à luta e desta forma alargar a nossa influência, para estarmos melhor preparados também para a batalha eleitoral que aí vem, as Eleições Legislativas, onde a luta tem de ser levada até ao voto na CDU — Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV) —, expressando assim todo o caudal de descontentamento e de luta pela alternativa.

É hora de juntar forças e exigir não apenas a manutenção dos nossos direitos, mas também a recuperação do que nos foi roubado durante estes 39 anos de derrota de direita. Pela conquista de um país verdadeiramente democrático em todas as suas vertentes — política, económica, social e cultural — e para que se cumpram as aspirações da juventude portuguesa. ★

FICHA TÉCNICA COLECTIVO DO AGIT

Ana Carolina Ambrósio
Ana Costa
André Silva
Diogo Amador
Diogo Correia
Inês Balreira
Joana Santos

José Inácio
Nelson Castro
Ricardo Martins
Sara Sousa
Sofia Lisboa

PARTICIPAM NESTA EDIÇÃO

Ana Rita Governo
André Machado
André Martelo
André Silva
Beatriz Tadeu
Carolina Rocha
Cátia Lapeiro

Diogo Correia
Duarte Alves
Elsa Severino
Joana Ferreira
João Ramos
João Carvalho
Luís Encarnação

Miguel Violante
Paulo Costa
Pedro Amado
Ricardo Martins
Rita Morais
Sara Sousa
Sofia Lisboa

Tens uma fotografia ou texto que gostasses de ver publicado no AGIT?
Envia as tuas sugestões para agit@jcp-pt.org

Dia nacional de luta dos estudantes do Ensino Básico e Secundário

A luta continua, nas escolas e na rua!



Lisboa



Braga



Porto



Alpiarça



Seixal



Funchal

Num contexto particularmente difícil, marcado por uma tremenda ofensiva à Escola Pública, os estudantes sentem o agravamento das suas condições com a aplicação do Orçamento de Estado para este ano, que se traduziu num corte de mais 704 milhões de euros para a Educação. Esta política e os seus executores são responsáveis pelo agravamento das condições materiais e humanas: escolas com obras paradas, alunos a terem aulas em contentores, salas de aula sem aquecimento, turmas sobrelotadas, fruto da falta de professores, filas enormes nos bares, cantinas e bibliotecas encerradas em determinados períodos do dia por faltarem cerca de 6000 funcionários!

Junta-se ainda o aumento dos custos de frequência no ensino: hoje, há estudantes sem todos os manuais e materiais escolares exigidos para as aulas, e cada vez mais estudantes a não terem condições

económicas para adquirir o Passe Escolar. Uma política responsável por atentar contra o direito a estudar de forma digna e com qualidade. Deste modo, no dia 18 de Março, milhares de estudantes saíram à rua por todo o país com o lema “Não há condições! Temos o direito a estudar!” exigindo a demissão deste governo e romper definitivamente com a política de ataque à escola a que temos direito: gratuita e de qualidade! Neste grande dia nacional de luta nas escolas e nas ruas, destacam-se as acções dos estudantes dos concelhos do Porto, Gaia, Matosinhos, Braga, Guimarães, Castro Verde, Seixal, Setúbal, Almada, Barreiro, Funchal, Lisboa, Sintra, Oeiras, Coimbra, Caminha, Campo Maior, Alpiarça e Santarém, que também fizeram deste dia um momento de comemoração do dia do Estudante.

Os estudantes do Ensino Básico e Secundário dizem não aos cortes mas sim a mais professores e funcionários,

a mais condições, a mais investimento na Educação Pública!

É a partir das lutas em curso, da discussão que se imprime nas escolas, dos estudantes que se disponibilizam para discutir e lutar, que se constrói a alternativa política que o país e os estudantes precisam. A elevação da consciência dos estudantes é forjada na sua unidade, nas suas reivindicações concretas que têm como origem as suas necessidades e a intensificação da luta é também a melhor resposta às consequências da política de direita, que destrói o presente e o futuro da juventude! A Juventude Comunista Portuguesa saúda a luta dos estudantes do Ensino Básico e Secundário e apela para que continuem de forma organizada nas escolas e nas ruas a intensificar a luta pela alternativa política que o país precisa e que valorize a escola a que temos direito: pública, gratuita, democrática e de qualidade para todos! ★

Por uma justa avaliação e sem barreiras de acesso aos graus mais elevados de Ensino

Todos os anos, os estudantes são confrontados com a realização de Testes Intermédios, Provas de Aferição ou Exames Nacionais. Estes últimos são parte de uma campanha da ideologia dominante, que “supostamente” em nome da igualdade de oportunidades, vai tornando a existência de Exames Nacionais num momento de avaliação decisivo no nosso Sistema Educativo e no nosso percurso escolar.

Com o passar dos anos, o ataque cerrado à Educação Pública

tem comprovado o que a JCP afirma e defende desde a implementação e criação dos Exames Nacionais: estes não promovem a igualdade, mas ao contrário, aprofundam as desigualdades já existentes em vários pontos de vista. A começar pela realidade das escolas, que não estão todas no mesmo patamar, fruto do desinvestimento ao longo dos anos — hoje há escolas que se encontram a cair aos bocados, sem computadores para todos os estudantes, com bibliotecas encerradas em grande parte dos dias, por não

haver funcionários suficientes, e turmas com mais de 30 alunos, sem condições para uma aprendizagem de qualidade. Também os estudantes não estão todos no mesmo patamar, pois fruto do aumento dos custos de frequência, são cada vez mais os estudantes que não têm condições para adquirir manuais escolares, calculadoras, dicionários ou outro tipo de materiais necessários para as aulas, bem como condições económicas para poderem pagar explicações fora do horário escolar ou comprar material de apoio para os exames. Outro exemplo é o dos estudantes dos cursos profissionais, obrigados a realizar Exames se pretenderem ir para o Ensino Superior a disciplinas que não tiveram durante todo o curso. Ou o dos estudantes do Ensino Artístico, sujeitos a um regime ainda mais desigual.

Desta forma se contraria a tese de que os exames são iguais para todos e que todos têm as mesmas condições para realizá-los. Os estudantes

partem de condições muito diferentes para estes exames uniformizados e estão sujeitos a que as 2h de exames definam a finalização do Ensino Secundário ou o acesso ao Ensino Superior. É isso que valoriza os 3 anos de trabalho dos estudantes? É isso que valoriza a avaliação continua?

Antes pelo contrário, não só desvaloriza como contraria e subverte o papel essencial da educação na formação integral no indivíduo e do fomento do espírito crítico, uma vez que o sistema de avaliação está centrado em momentos pontuais de avaliação e direccionado para a preparação do exame, este ano aprofundado com a imposição da presença da matéria de 3 anos no exame.

A prática de uma avaliação contínua e integrada, que assente na avaliação de vários critérios e que tenha em conta a avaliação e desempenho dos estudantes ao longo de todo o percurso escolar, é uma luta justa e necessária. ★

ES Camões [fotoreportagem]

A Secundária de Camões, em Lisboa, é mais uma das muitas escolas que se vê prejudicada pelos sucessivos cortes no investimento no Ensino Público.

O AGIT veio conhecer a realidade com que lidam os alunos da Secundária de Camões todos os dias e mostra com estas fotografias a falta de condições materiais que são reflexo do desinvestimento dos sucessivos governos.

Este é mais um dos motivos que mobiliza os estudantes da Camões para a luta. O colectivo da JCP da Camões afirma que os estudantes desta escola continuarão a lutar para que a Secundária de Camões tenha obras, que continuarão a lutar pela escola: pública, gratuita e de qualidade.

1. O canto das escadas que descasca parede todos os dias;
2. A parede do corredor onde qualquer dia não há azulejos;
3. O chão bolorento da sala de aula.



O Dia do Estudante foi novamente de luta

Enquanto Passos Coelho convidava os dirigentes das associações de estudantes para um almoço ("com papas e bolos se enganam os tolos"), numa ofensa provocatória contra o movimento estudantil, estudantes de todo o país trocaram o garfo pela luta, denunciando o panorama de brutal e programado desinvestimento no Ensino Superior.

Dignificando a acção daqueles que, em 24 de Março de 1962, em Lisboa e Coimbra saíram à rua desafiando o governo fascista, os estudantes das manifestações de 2015 são herdeiros da mesma determinação democrática. Trinta e oito anos de políticas contra o ensino público vêm tendo os seus momentos de maior violência nas acções governativas contra o Ensino Superior. De tal modo que aquilo por que hoje se luta não é completamente diferente daquilo por que se lutava em 1962: a recusa da elitização do Ensino Superior, a participação democrática na vida das instituições de Ensino Superior, com a curiosidade de, também em 1962, haver uma refeição pelo meio (a que

Marcello Caetano, perante a cantina fechada pela polícia de choque, pretendia oferecer aos estudantes no Restaurante Castanheira, ao Campo Pequeno) naquela que pretendia ser uma mesa de "diálogo" – eufemismo que, então e agora, designa ganho de tempo pelo governo.

Em 2015, como em 1962, a luta organizada dos estudantes vem apontando o caminho da luta como única via para as grandes transformações de que o Ensino Superior necessita, e que estão bem expressas na Resolução Política da 15.ª Conferência Nacional do Ensino Superior, que decorreu no passado dia 14 de Março. Foi esta mesma CNES que apontou a necessidade de fazer das comemorações



de 24 de Março um dia de luta a favor da demissão do governo e do fim das políticas de asfixia do ensino superior, um dia de exigência da recomposição de um Ensino Superior de qualidade, gratuito e democrático, a que temos direito, tal como está consagrado na Constituição da República Portuguesa.

As dezenas de estudantes que saíram à rua no Porto, a centena e meia que se manifestou em Lisboa e os cerca de 500 em Coimbra denunciaram uma realidade que os afecta e afecta milhares de colegas seus. Por todo o país, em muitas escolas, outras centenas de estudantes fizeram deste 24 de Março um dia de celebração e de luta,

com iniciativas de denúncia dos problemas de cada escola, como aconteceu em Santarém, Setúbal, Almada, Aveiro, Évora, Faro, Braga, entre outros. São, cada um dos estudantes envolvidos nas acções do 24 de Março, uma voz de recusa das políticas de destruição do Ensino Superior. São, em conjunto, um movimento de estudantes mobilizado para a luta empenhada pela construção de uma alternativa (também para a governação do Ensino Superior) que é possível e é urgente! A luta dos estudantes continua todos os dias nas escolas e nas ruas, e vai ser levada também à grande Marcha "A força do povo" de dia 6 de Junho, onde os estudantes vão exigir a alternativa que responde às suas aspirações! ★

15.ª CNES

Pelo direito a um Ensino Superior Público! Com a luta o conquistámos, com a luta o defendemos!

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi no passado dia 14 de Março palco da 15.ª Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP (CNES) que contou com a participação de cerca de uma centena e meia de estudantes, entre camaradas e amigos da JCP, unidos pela defesa de um Ensino Superior (ES) a que todos têm direito. Foi sob o lema "Pelo Ensino Superior Público: Com a luta o conquistámos, com a luta o defendemos!" que, naquele Sábado, os estudantes presentes no Teatro Paulo Quintela apontaram diversos problemas concretos de que o ES é alvo por acção das políticas de direita e reafirmaram a necessidade da luta como a verdadeira alternativa possível a este rumo de decadência.

Foi também num ambiente de luta, junto das massas estudantis, que esta conferência se preparou e construiu. Ao longo dos meses que anteciparam a CNES, os jovens comunistas de todo o país não só mobilizaram os colegas das suas instituições à participação nas lutas estudantis, intensificando-as, como também realizaram várias iniciativas lúdicas e culturais, debates e outras actividades no âmbito da preparação desta conferência. Preparação que se estendeu ainda a diversas reuniões de colectivo, pinturas de faixas e murais, colagens, distribuições e conversas diárias com os estudantes onde foi possível discutir os problemas concretos do ES, dar a conhecer as linhas de trabalho da JCP, fazer novos recrutamentos – reforçando a organização - e construir,



com base nos princípios colectivos pelos quais orientamos a nossa acção, a Proposta de Resolução Política que viria a ser aprovado na CNES.

Demonstrando um conhecimento profundo da realidade das suas instituições, as mais de 40 intervenções realizadas na Conferência indicaram problemas a combater, seja a falta de bolsas, o encerramento de cantinas, as propinas, o processo de bolonha, a falta de professores e condições, os ataques à participação dos estudantes e à democracia, entre muitos outros. Responsáveis? Sabemo-lo muito bem: a política de direita dos sucessivos governos PS/PSD/CDS que vem conduzindo à crescente privatização e elitização do ES, atacando a Constituição, a Juventude, o Povo e o País.

Da 15.ª CNES saímos, com toda a certeza, mais conscientes de que a alternativa a estas políticas passa também pela luta dos estudantes e pela afirmação do Movimento Estudantil e que, só assim, poderemos defender aquele ensino que outrora conquistámos: público, gratuito, democrático e de qualidade para todos! ★

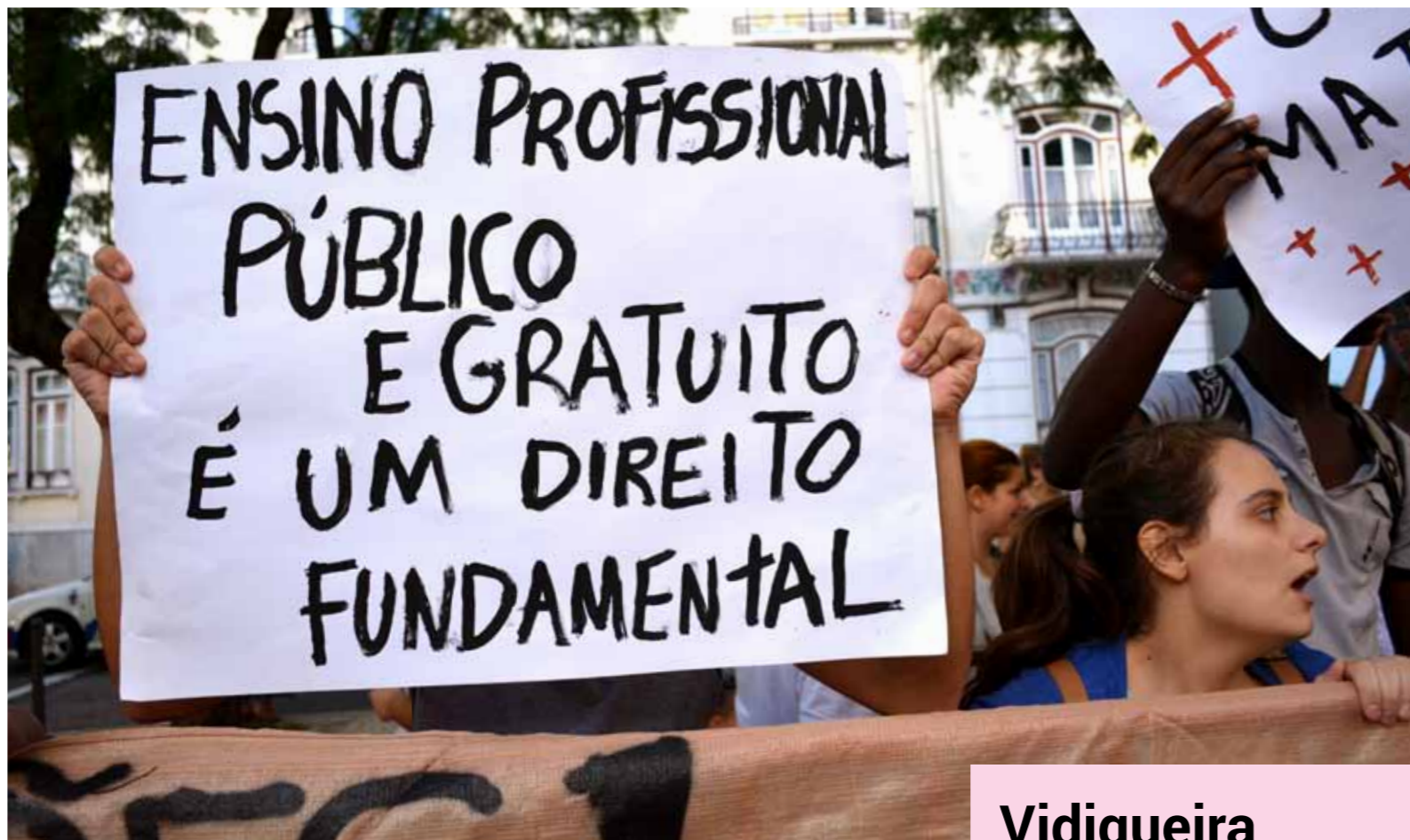


Sem abdicar desta proposta de fundo, de um Ensino Superior público, gratuito, democrático, de qualidade e para todos, a JCP propõe um conjunto de 10 medidas imediatas para resolver alguns dos problemas que os estudantes enfrentam e que tem levado à situação tão difícil hoje vivida pelos estudantes:

1. A passagem imediata de todas as cantinas para os Serviços de Acção Social, pondo fim às concessões a empresas privadas, assim como a reabertura imediata de todas as cantinas que foram encerradas, resolvendo os problemas que serviram de pretexto para o seu encerramento, e a abertura de mais residências, que tenham capacidade para albergar a maioria dos estudantes deslocados;
2. Uma redução do preço do prato social para todos os estudantes, assim como a gratuidade das refeições para estudantes bolseiros, (...)
3. Consagração na lei do estatuto trabalhador-estudante e de outros estatutos especiais (...)
4. A criação de um plano de financiamento público para as instituições de ensino superior, financiado a partir da taxação dos lucros do grande capital, que permita criar condições para o fim das propinas no prazo de 5 anos;
5. A reposição imediata do passe escolar para todos os estudantes (independentemente da idade), que garanta uma redução de 50% nos custos dos passes de transportes;
6. A gratuidade dos manuais e da bibliografia obrigatória de todas as unidades curriculares e o estabelecimento de preços de acção social para os restantes livros recomendados para cada disciplina;
7. Fim de todas as taxas e emolumentos, (...)
8. Uma nova fórmula de financiamento, plurianual, transparente, que não discrimine as instituições de ES politécnico, construída não "de cima para baixo", mas a partir das necessidades de cada instituição, no que diz respeito a despesas de funcionamento, de investimento e de desenvolvimento de cada instituição;
9. Mais financiamento para as bolsas da Acção Social Escolar, conjugado com uma fórmula de atribuição (...) que garanta bolsas que correspondam às reais despesas dos estudantes, assim como a criação de medidas que impeçam os sistemáticos atrasos na entrega das bolsas de estudo;
10. O fim da execução fiscal das propinas que não tenham sido pagas por desistência dos estudantes e o fim do impedimento dos estudantes que tenham dívidas de se inscreverem em avaliações, de acederem aos conteúdos online das escolas e de se inscreverem noutros cursos no ES público.

in Resolução Política da 15.ª CNES.
Vê mais em www.jcp-pt.org





18 de Março Os estudantes do Ensino Profissional também saíram à rua

Os problemas no Ensino Profissional acentuam-se de dia para dia com a política de direita levada a cabo por PS/PSD/CDS: turmas com mais de 30 estudantes, que dificulta assim o ensino e o sucesso escolar; há escolas profissionais em que há sucessivos atrasos no pagamento dos subsídios; outras que fruto do desinvestimento sofrem com a falta de condições materiais e humanas; nos estágios, os estudantes são muitas vezes usados como mão-de-obra gratuita para as empresas, sendo utilizados como mais um trabalhador; a maioria das escolas profissionais não possuem AE (Associação de Estudantes), o que é um ataque a democracia nas escolas.

Os problemas no Ensino Profissional são mais que muitos e por isso mesmo os estudantes do Ensino Profissional também saíram à rua, no dia 18 de Março, respondendo positivamente ao apelo de luta. A luta que tivemos, que assumiu diferentes expressões em alguns pontos do país, em

diferentes acções de protesto, de agitação, de convívio, serviram para afirmar que os estudantes do Ensino Profissional não estão resignados e com os braços cruzados à espera que este Governo e a sua política de direita mudem por si mesmo, mas antes estão proactivos na reivindicação justa de uma Educação pública, gratuita e de qualidade! O 18 de Março foi um momento também para assinalar antecipadamente mais uma comemoração do Dia do Estudante cuja data oficial coincidiu com as férias dos estudantes.

A Juventude Comunista Portuguesa saúda os estudantes do Ensino Profissional que saíram à rua. É necessário lutar por um Ensino Profissional que qualifique devidamente os estudantes, que permita o desenvolvimento integral de todos os jovens, garantindo a igualdade de oportunidades, que seja digno, que tenha o devido financiamento da parte do Governo; que seja público, gratuito, democrático e de qualidade.

Vidigueira no protesto

No passado dia 18 de Março, é de ressaltar que a Escola Profissional da Vidigueira não ficou indiferente ao apelo de luta e foram vários os estudantes que se concentraram à porta da escola a lutar por um ensino profissional digno. Valorizamos a acção que ocorreu, que certamente foi a primeira de muitas que criará condições para o reforço de todo este processo de luta. No dia 18 de Março os estudantes desta escola saíram à rua porque não concordam com a falta de financiamento com que a escola é confrontada, porque não existe um refeitório, porque continuam ainda a não ter um futuro assegurado quando concluem o curso, pois a oferta de trabalho na região é muito reduzida, fruto da política de direita que isola cada vez mais o interior do país e que dá cada vez menos perspectivas aos jovens de terem um futuro na sua região.

Foram muitas as conversas e distribuições junto dos estudantes, com a AE da escola também a subscrever o Apelo e a vir para a rua. Com este processo, conseguiu-se também reforçar o colectivo de escola, que está agora em melhores condições para continuar a luta em defesa da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade. ★

que ninguém cerre AS PORTAS QUE ABRIL ABRIU

Até 25 de Abril de 1974, Portugal vivia sob uma ditadura fascista há 48 anos. Este período negro foi marcado por condições de vida miseráveis para o povo promovida por um Estado terrorista e totalitário. Com o domínio de grandes monopólios na economia baseada na concentração de capitais, lado a lado com os latifundiários e com a dependência do estrangeiro, levando ao profundo atraso no desenvolvimento do país. Trazendo a fome, as degradantes condições de trabalho, a brutal exploração do povo português e dos povos das colónias, a profunda limitação no acesso aos direitos mais básicos, o desencadear de anos de Guerra Colonial. A censura e repressão existiam com diversas expressões. Prisões políticas, torturas, mortes... Privação das liberdades que hoje são das mais elementares, como a de expressão ou de reunião, nas mais variadas vertentes – se era proibido criticar o regime na televisão, na rádio, no jornal, na rua, no café, também era proibido mostrar afecto para com a pessoa amada publicamente; se eram proibidas as manifestações ou outras acções de protesto contra o regime, eram igualmente dispersados grupos, por exemplo no meio da rua, que fossem constituídos por pelo menos 3 pessoas (“mais de duas pessoas é ajuntamento”). Portanto o fascismo era também

sinónimo de repressão não só a nível institucional, o que já não era pouco, como também a nível dos próprios hábitos e costumes da população. De muitas e variadas formas, e nas condições mais difíceis, o povo português se opôs e resistiu ao regime, sendo o Movimento de Unidade Democrática (MUD) e o MUD-Juvenil claros exemplos numa luta incansável dos democratas, anti-fascistas e, claro, dos comunistas, para o derrube do Fascismo. Ficará também para a História o papel da juventude em toda esta luta anti-fascista, nas grandes lutas dos trabalhadores – com greves, manifestações e outras acções principalmente de operários e camponeses -, na luta geral das populações contra a fome e pelos direitos mais básicos, ou na onda de protestos dos estudantes que varreu de forma muito particular e incisiva a década de 60, cujas reivindicações não se ficavam apenas pela política interna – exigiam, bem como uma parte muito significativa da população, o fim da guerra colonial, guerra de opressão de outros povos e à qual foram obrigados a participar pelo regime milhares de jovens portugueses. O que se seguiu foi um dos processos mais transformadores e progressistas até então conhecidos no mundo dito ocidental. Na madrugada daquele dia, que ficará para sempre associado à História de um país com mais de 800

anos, o 25 de Abril de 1974, teve início a Revolução dos Cravos. Com ela e com a luta constante e intensa do povo português, inúmeras conquistas foram possíveis. Conquistas que permitiram trazer ao povo português a liberdade nos vários sentidos que a palavra pode ter.

É justo afirmar o importante papel do PCP em todo o processo. Na luta contra a ditadura fascista, foi o único Partido a resistir nas condições mais difíceis de clandestinidade e sujeito à mais terrível repressão; no seu contributo fundamental na organização, dinamização e intensificação da luta de massas contra o Regime, determinante para o seu derrube; no contributo no plano teórico do caminho a seguir para a Revolução, como é exemplo a obra de Álvaro Cunhal “ Rumo à Vitória” e o Programa do PCP aprovado no seu VI Congresso, com várias confirmações do acerto da análise, pois estava profundamente ligada às aspirações dos dos trabalhadores e das massas populares; no contributo no processo revolucionário, a nível institucional e na intervenção junto das massas populares, para a implementação das conquistas da Revolução e para travar o processo contra-revolucionário das forças da reacção.

COMO É CONTADO O 25 DE ABRIL NA ESCOLA? *reflecte e questiona!*

No sistema em que vivemos, procura-se que a Educação seja um veículo que dê continuidade aos interesses que dominam, ou seja, hoje, os do capitalismo. Para tal, a História do país e do mundo é muitas vezes reescrita e branqueada, apagando a verdade dos factos e sobretudo o papel do sistema capitalista na exploração dos povos, bem como o papel dos povos na luta organizada para os avanços das sociedades.

Como exemplo, a abordagem à Revolução de Abril nas nossas escolas através dos manuais escolares, reflexo do conteúdo curricular nos dias de hoje. Encontramos: selectividade do conhecimento na Escola e no ensino da História, ou seja, a forma como se escolhem determinados significados e práticas, enquanto outros são negligenciados e excluídos; a centralização dos processos históricos em “heróis”

individuais; a apresentação de factos por sucessão cronológica, várias vezes pobre em conteúdo e na descrição...

Apreender de forma errada (ou sob determinada perspectiva) a História, contribui também para moldar a perspectiva e capacidade de análise do que nos rodeia. Por isso, é de todo o interesse para este sistema que tal seja posto em prática nas nossas escolas.

a situação económica e social no fascismo...

A ditadura fascista foi marcada por um profundo atraso económico. A fome, a miséria, a brutal exploração, as condições laborais e salários sem a mínima dignidade para a maioria da população, os impostos insustentáveis... Consequentemente o analfabetismo e as baixíssimas qualificações reinavam na generalidade das famílias. A Educação e a cultura eram para um pequeno nicho. O trabalho infantil era generalizado. Isto porque se vivia num panorama económico de exploração das riquezas nacionais pelos monopólios, pelos latifundiários e pelo imperialismo estrangeiro, ou seja, a riqueza estava concentrada em pequenos grupos de pessoas que dominavam a economia do país, à custa da miséria do povo.

Em vários manuais escolares de História, é referido o atraso económico e agrícola, mas o grande destaque vai para os Planos de Fomento Económico para o desenvolvimento económico e industrial, “promovido” pelo regime. Muito pouco é referido acerca da economia baseada nos monopólios e do auxílio que tinham do Estado Fascista. Pouco ou nada se fala da concentração da propriedade agrícola em grandes latifúndios e da dependência económica ao estrangeiro. Sobre as condições sociais, sendo destacada a questão da emigração e do êxodo rural, são pouco descritas as suas causas. Uma conotação negativa é dada à Guerra Colonial e aos aspectos da censura e da repressão, sendo muito poucas as referências a outros aspectos da vida económica e social.

salazar vs. marcelo caetano

Vários manuais escolares nos deixam a ideia de que foram muito diferentes... Do ponto de vista económico, quando é referido “o tempo” de Marcelo Caetano, basicamente é destacado o incentivo à industrialização e a abertura da economia ao estrangeiro, deixando apenas elementos positivos do contributo “desta nova fase” para a economia. A descrição das políticas sociais durante o “marcelismo” resume-se à Reforma do Ensino e ao alargamento da Providência Social. Nos manuais que fazem referência a aspectos do governo de Marcelo Caetano iguais aos de Salazar, esta é feita sobretudo no plano da manutenção da guerra colonial e do ponto de vista das liberdades democráticas, e não em aspectos sociais e económicos. E, ainda assim, muitos fazem questão de dar destaque a referências como: “regresso de alguns exilados políticos”; “abrandamento da censura”; “abrandamento da repressão”; ou “organizações políticas foram legalizadas para ir às urnas”.

Na verdade, o regime presidido por Marcelo Caetano continuou a perpetuar o atraso económico e a degradação das condições económicas e sociais, mantendo generalizada a negação do acesso do povo a direitos fundamentais como o trabalho digno ou a Educação, perpetuando a brutal exploração, a política da economia dos monopólios, mantendo a repressão política, mesmo tentando dar-lhe “outra cara”. Nesta fase, tornavam-se cada vez mais claras as contradições do regime, a inexistência de soluções para os problemas do país, crescendo cada vez mais a necessidade do seu derrube.

a guerra colonial

Vemos em muitos manuais escolares o início da Guerra Colonial a ser relacionado com o surgimento dos movimentos independentistas, e daí os confrontos e ataques. A própria caracterização dos movimentos independentistas está muitas vezes intimamente ligada a conceitos de carácter agressivo – são caracterizados como “guerrilheiros” ou “atacantes e rebeldes”. Pouco relevadas são assim as causas destes confrontos ou as causas do surgimento de movimentos independentistas organizados. As condições de vida dos povos colonizados é pouco mencionada ou descrita. Do ponto de vista das consequências da colonização, alguns manuais destacam a construção de infra-estruturas nos países colonizados que contribuiriam para o desenvolvimento das colónias, ou até positivas consequências económicas para Portugal... deixando assim a ideia de “elementos positivos” deste processo.

Na verdade, a questão colonial marcava Portugal como um país colonizado e colonizador, subjugando povos inteiros à exploração e repressão fascistas, pilhando os seus recursos e procurando ditar o seu destino, deixando-os na miséria. Enquanto ao mesmo tempo enviava milhares de jovens portugueses obrigados para uma guerra de ocupação, levando muitos a emigrar para fugir desta situação. Os recursos explorados nestes países estavam ao serviço dos monopólios e do capital português e estrangeiro, enquanto os povos das colónias e de Portugal continuavam sem condições de vida.

ligação ao fascismo italiano e ao nazismo da Alemanha

Em diversos manuais, num enquadramento internacional que se procura fazer, vários não chegam a mencionar a relação da ditadura portuguesa com os regimes fascista e nazi de Mussolini e Hitler. Quando na verdade, o fascismo em Portugal inspirou-se no fascismo italiano e no nazismo alemão. São exemplos claros disto mesmo os elementos comuns da supressão das liberdades e criação de um Estado policial, a censura, a interdição de sindicatos livres e dos partidos políticos (com excepção do partido fascista), a polícia política, a repressão massiva, as prisões e a tortura contra os comunistas, o movimento operário e os antifascistas – que o Campo de Concentração do Tarrafal testemunha de forma brutal. Para além disto, Salazar e depois Marcelo Caetano nunca ocultaram a sua ideologia fascista. Salazar gabava o génio político de Mussolini com cujo retrato na própria secretária se fazia fotografar. Mandava os seus Ministros, os seus militares, os seus polícias aprender na Itália fascista e na Alemanha nazi. Apoiou e ajudou o golpe fascista de Franco em Espanha. Apoiou e ajudou Hitler e Mussolini na guerra.

Apagar estes elementos contribui para a ideia de que o regime fascista em Portugal não se pode equiparar a nenhum dos outros, propagando-se a concepção de que foi mais brando ou até que nem chegou a ser Fascismo... o facto de ser chamado muitas vezes de “Estado Novo” em vez de Fascismo, vai também neste sentido.

No geral, nada é aprofundado em muitos dos manuais sobre as conquistas da Revolução para o povo e o país. Em todos os casos, nomeadamente nas conquistas sociais e das liberdades democráticas, apenas é designada a conquista, não sendo descrito mais nada, nem como as conquistas se efectivaram na vida da população. No contexto da importância que teve a Revolução de Abril para a consagração das mais vastas liberdades e direitos, a referência nos manuais escolares à sua concretização

a oposição ao regime

Deve ser tido em conta, na análise histórica ao percurso do regime fascista, que a oposição ao regime fez-se de várias formas e que teve sobretudo um carácter colectivo e organizado. É inegável que parte desta acçãopositora teve como protagonistas fundamentais os trabalhadores e a forma como muitos deles resistiram e dinamizaram uma acção organizada que, mesmo em condições muito difíceis, esteve sempre presente, seja através de greves, manifestações ou outras acções de protesto contra o regime fascista. Sobretudo por parte da classe operária industrial e rural, mas também das massas camponesas e outras camadas da população anti-monopolistas e anti-fascistas. No entanto, em muitos manuais escolares a caracterização da oposição está muito centrada na questão da sua participação nas eleições, como forma de protesto contra o regime e tudo o resto é muito pouco referido.

É também evidente a individualização da oposição. Quando se fala na acção dos opositores existe uma tendência para centrar a caracterização só em determinadas personagens (isto é claramente evidente com o general Humberto Delgado). Confirma-se aqui uma das características apontadas por vários autores acerca dos programas e currículos de história: a centralização dos processos históricos em “heróis” individuais. É evidente que é negligenciado o papel determinante do colectivo.

é quase nenhuma, sendo dada mais ênfase à instabilidade político-social no pós-25 de Abril, do que à descrição da efectivação dos direitos. As conquistas foram o principal reflexo da Revolução de Abril. As conquistas, que tiveram no povo um papel essencial para a sua concretização, são a razão pela qual hoje temos consagrados os mais essenciais direitos, explanados na Constituição da República Portuguesa, que mantém muito do que tinha em 1976, quando foi concretizada com base naquilo que nos trouxe a



revolução de abril = golpe de estado?

Nos manuais escolares é recorrente a abordagem do processo revolucionário ser pobre em conteúdo e descrição. Quantos jovens ficam com a ideia de que a Revolução foi apenas um golpe militar do MFA? Não é de espantar quando muitos manuais escolares também fomentam essa ideia. Sobre o desencadeamento da Revolução, o enfoque é dado apenas àquilo que chamam de golpe de Estado ou golpe militar, mas que na verdade foi um levantamento militar. Mas não foi só isto... Para além de ser desvalorizado o papel da acção colectiva dos trabalhadores e do povo com sua luta para o derrube fascista ao longo de 48 anos, é também quase apagado o papel do levantamento popular que se sucedeu ao levantamento militar do MFA, numa clara aliança Povo-MFA. E a sua importância para que se consubstanciasse que a destruição do regime era uma ambição do povo, e que só com ele seria possível dar continuidade ao processo revolucionário.

Revolução de Abril. Apagar o papel do povo na efectivação das conquistas, é apagar a história, no sentido em que esta foi uma Revolução em que as massas populares e a sua criatividade foram determinantes para avançar com o processo revolucionário, com a efectivação de conquistas mesmo antes de serem “institucionalizadas”, como são exemplos o controlo operário na gestão de empresas ou a constituição das Unidades Colectivas de Produção no contexto da Reforma Agrária.



UMA REVOLUÇÃO INACABADA com valores que são o futuro

Desde o início do processo revolucionário, as forças conservadoras e reaccionárias, apoiadas pelo imperialismo estrangeiro, procuraram por todos os meios travar o avanço da Revolução e barrar o caminho das transformações políticas, sociais, económicas e culturais que o 25 de Abril iniciara. Desde as várias conspirações contra-revolucionárias, até à promoção da sabotagem económica e dos conflitos sociais. Também as tentativas de golpe contra a democracia portuguesa em 1974-1975 até ao golpe militar do 25 de Novembro foram uma realidade, tal como o avanço da contra-revolução, a partir da política de direita dos sucessivos governos PS, PSD e CDS-PP e as revisões constitucionais.

Uma linha aprofundada até aos dias de hoje, com um percurso por parte dos governos e do sistema de destruição das conquistas de Abril. Um percurso duro para o povo — que tem vindo a ser cada vez mais atacado nos seus direitos e liberdades, com condições de vida cada vez menos dignas e com cada vez mais restrições ao acesso aos direitos — mas que não tem baixado os braços, sendo constante a sua resistência e luta.

E é por isso que ainda não conseguiram destruir tudo. E é por isso que ainda temos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. E é por isso que a exploração do povo e a negação de direitos não é ainda maior. Porque por vontade “deles”, dos senhores do grande capital, seria.

Álvaro Cunhal afirmou 20 anos depois da Revolução: “Tendo em conta a diferença de situações, os valores de Abril que criaram profundas raízes na sociedade portuguesa, correspondem entretanto em muitos aspectos fundamentais a orientações válidas e constituem elementos integrantes de qualquer política verdadeiramente democrática alternativa à actual política de direita.” Olhando para o contexto actual, passados mais 20 anos, podemos afirmar que continua actual esta afirmação.

Porque não é do interesse do povo português viver com liberdades limitadas e reprimidas. Porque não é do interesse do povo português e do país viver com uma economia nacional dominada e submetida aos interesses egoístas de alguns grupos de grandes capitalistas, acumulando riqueza enquanto a maioria dos trabalhadores acumula a miséria. Porque não é do interesse do povo português e do país a regressão cultural e a perda da sua soberania e independência. Porque não é do interesse dos jovens portugueses viver com dificuldades de acesso à Educação nos vários graus de ensino, sem dinheiro para os manuais escolares ou para entrar no Ensino Superior; ter aulas em contentores e em condições deploráveis; não ter acesso à bolsa de estudo; não ter dinheiro para pagar as propinas; Porque não é do interesse dos jovens portugueses trabalhar sem direitos, numa situação de aumento da exploração, com a precariedade generalizada, baixos salários e horários desregulados;

conquistas da REVOLUÇÃO

A Revolução de Abril trouxe, entre outras, estas conquistas:

- **A Paz e o fim da Guerra Colonial, contribuindo para a independência dos povos;**
- **Livre constituição de partidos políticos. Eleições livres, direito de voto das mulheres e ao voto com mais de 18 anos;**
- **Poder Local Democrático, pela vontade determinada das populações;**
- **Fim da censura e repressão. Liberdade de manifestação, de reunião, de associação, de organização política e de expressão;**
- **O Controlo operário e o trabalho com direitos: direito à greve, liberdade sindical, o aumento dos salários, direito às reformas e pensões, o subsídio de desemprego, o subsídio de férias; o salário mínimo nacional, a contratação e negociação colectiva;**
- **A Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha;**
- **O fim da economia dos monopólios;**
- **As nacionalizações, reorganizando a economia e colocando sectores estratégicos ao serviço do progresso, do povo e do país;**
- **Liberdade de criação e fruição cultural e transformações progressistas no acesso à cultura, ao desporto e à habitação;**
- **Direito à Saúde com a criação de um Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito;**
- **Direito à Educação para todas as crianças e jovens, universalizando-a em todos os graus de ensino;**
- **Direito à igualdade de direitos.**

Porque não são do interesse dos jovens portugueses o desemprego crónico, ou a falta de perspectivas de futuro, ou a emigração forçada. Porque não são do interesse dos jovens portugueses os entraves à criação e fruição cultural, à prática desportiva, à habitação, ao associativismo.

Por tudo isto e porque queremos ser felizes no nosso país, faz sentido hoje defendermos os valores e as conquistas de Abril enquadrados numa política alternativa. Esta alternativa é defendida pelo PCP e pela JCP na sua acção diária e na sua vasta intervenção. No Programa do PCP, é clara a inspiração nos valores de Abril, projectando-os para o futuro.

Continuemos a lutar e a resistir com a profunda convicção de que, como foi possível antes, continuará a sê-lo, com o papel fundamental do povo! ★

Dia Nacional da Juventude, dia de luta!

Realizou-se no passado dia 28 de Março, uma manifestação nacional da juventude, organizada pela CGTP-IN e a sua estrutura jovem, Interjovem. Esta manifestação, foi o culminar em Lisboa de uma semana de luta que percorreu vários pontos do país, e uma importantíssima demonstração da força e resistência dos jovens portugueses às políticas praticadas por este e anteriores governos, sendo um grito de proposta de futuro: contra o desemprego e a precariedade, os jovens exigem trabalho, e trabalho com direitos; exigem poder construir o seu futuro de forma feliz, dando resposta às suas mais profundas aspirações. Esta luta vai prolongar-se com as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e na Marcha Nacional "A força do Povo - Todos à rua por um Portugal com futuro", no dia 6 de Junho, para além das acções concretas de luta que se realizem nas empresas e locais de trabalho.



O 1.º de Maio, a luta dos trabalhadores e a conquista das 8h de trabalho

A origem da comemoração do dia 1.º de Maio como o Dia do Trabalhador está ligada a grandes jornadas e movimentações de luta da classe operária e dos trabalhadores pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, de combate às injustiças e desigualdades sociais, pela mudança de mentalidades e transformação das sociedades e pelo fim da exploração do homem pelo homem.

Em 1886, realizou-se uma manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago, nos Estados Unidos, com a finalidade de reivindicar a redução da jornada

de trabalho para oito horas diárias. A repressão sobre os trabalhadores, que no dia 1 de Maio de 1886 e dias seguintes fizeram poderosas greves nos Estados mais industrializados dos Estados Unidos da América, geraram uma grande indignação e acções de solidariedade por todo o mundo.

Também em Portugal, o 1º de Maio adquiriu características de acção de massas e de dia de luta e em 1919, após algumas das mais gloriosas lutas do sindicalismo e dos trabalhadores, é conquistada a jornada de oito horas de trabalho para os trabalhadores do comércio e da indústria.

Mesmo durante a ditadura fascista, em que foram proibidas todas as liberdades fundamentais, incluindo a liberdade sindical, o direito de greve e de manifestação, os trabalhadores souberam encontrar as formas apropriadas de assinalar o 1.º de Maio.

O período histórico que vivemos é o mais exemplificativo das insanáveis contradições do capitalismo e da sua falência enquanto sistema económico e social – estamos a viver pior que as gerações anteriores. A ideologia dominante procura desdramatizar esta realidade, instaurando a ideia de que o sacrifício é necessário, de que não poderíamos viver eternamente com “as regalias extravagantes trazidas por Abril”, ao mesmo tempo que assistimos à super-acumulação de riqueza por parte dos grande grupos económicos e financeiros. Mas os jovens continuam a transportar consigo o sonho de uma vida melhor – o Portugal de Abril – a ideia de que todos temos direito a uma vida digna e feliz – e que um país que sirva o seu povo, tem de ser esse país. Por isso, continuaremos na luta, lá estaremos, nas ruas, a festejar, a lembrar, a defender, e a construir. Porque Abril e Maio são armas carregadas de futuro. Na Marcha Nacional a Força do Povo, afirmaremos que existem soluções para o país, que não estamos condenados ao rumo de declínio a que a política de direita nos empurra. O futuro precisa da nossa luta para se erguer. ★



Sakthi Portugal

Na fábrica da Sakthi Portugal na Maia, os mais de 450 trabalhadores alcançaram pela sua luta organizada no seu sindicato de classe — o SITE/Norte — uma grande vitória que o patronato dizia não ser possível. Além de €45 de aumento no salário base para todos, a Administração assumiu cumprir na íntegra o contrato colectivo, tendo também assumido passar trabalhadores temporários para o quadro da empresa!



Unicer

Na empresa Unicer em Matosinhos, 3 trabalhadores de uma empresa de trabalho temporário, ao fim de 2 anos e 22 renovações de contrato, foram despedidos e substituídos por outros trabalhadores. Dirigiram-se ao seu sindicato — o SINTAB — para recorrer do despedimento de que foram alvos e por força da sua coragem e intervenção do sindicato foram reintegrados na empresa, prova de que estar sindicalizado é estar mais seguro!

Mas só em 1974, após a Revolução de Abril e consequente queda do fascismo, este dia foi decretado feriado nacional. A 1 de Maio de 1974, passados apenas 6 dias após a Revolução, o povo português manifestou-se amplamente por todo o país, numa explosão de liberdade, acção e reivindicação que contribuiu de forma decisiva para a transformação do levantamento militar em processo revolucionário.

A questão do horário de trabalho, em particular, está hoje muito presente na vida dos jovens trabalhadores, pressionados pelas entidades patronais para trabalhar além do horário estipulado, para fazerem horas extra sem receber mais por isso, para estarem permanentemente disponíveis, etc.. Tal como há 125 anos, a luta por horários de trabalho dignos, que tenham em conta o desenvolvimento tecnológico, e contra todas as injustiças laborais e sociais, é actual, premente e necessária. ★

Contra a escalada fascista e a ingerência imperialista

Juventude do Mundo Solidária com a Revolução Bolivariana!



A Juventude Comunista Portuguesa participou na Brigada de Solidariedade com a Revolução Bolivariana, que teve lugar na Venezuela, nos passados dias 20 a 28 de Fevereiro e que foi da responsabilidade da Federação Mundial da Juventude Democrática. Nesta Brigada participaram 50 delegados de 25 países de todos os continentes. Estes puderam contactar directamente com as conquistas, os desafios e os ataques ao processo bolivariano. Ao longo desta brigada, que se realizou num momento de particular ofensiva contra a Revolução Bolivariana, tivemos oportunidade de contactar com o movimento popular, o movimento estudantil e juvenil, as forças políticas que apoiam o processo bolivariano, várias instituições criadas pelo processo bolivariano que desenvolvem trabalho junto dos bairros e das populações e ainda com entidades públicas e governativas que nos explicaram os conteúdos da ofensiva mediática contra a Venezuela e o projecto que têm para o país.

Ao longo de 8 dias, os delegados da Brigada visitaram o Centro Desportivo para Atletas de Alto Rendimento em Caracas; o edifício central do Sistema Nacional de Orquestras e Coros Infantis da Venezuela; o quartel 4F onde está sepultado o comandante Hugo Chávez Frias; contactaram com as populações do Bairro 23 de Janeiro e do Bairro Novo Tricolor; participaram na inauguração de uma exposição evocativa dos 70 anos da FMJD; estiveram presentes numa sessão com o Comité de Vítimas da violência fascista; foram recebidos na Assembleia Nacional onde foi aprovada uma saudação à Brigada Internacional de Solidariedade; realizaram um intercâmbio com o movimento estudantil; participaram numa sessão acerca da ofensiva mediática contra a Venezuela; contactaram com a direcção do Partido Comunista da Venezuela e da JCV, assim como com a direcção da Juventude do Partido Socialista Unido da Venezuela (JPSUV); contactaram ainda com elementos do Governo da Venezuela e outras entidades públicas, nomeadamente com o Vice-Ministro do Ensino Superior, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a reitora da Universidade Bolivariana, assim como com o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro, participando no Programa “Alô Presidente”. Realizou-se ainda nesta Brigada uma Tribuna Anti-imperialista no centro de Caracas, onde se denunciaram os crimes do imperialismo em todo o mundo, e um Seminário Internacional da FMJD sob o lema “Juventude Unida contra o fascismo e a guerra imperialista”. ★

Todos os contactos e conversas ocorridos durante a Brigada, permitiram-nos desmontar a ofensiva das televisões, jornais, etc., contra o processo bolivariano na Venezuela.

Alguns dados a ter em conta...

Desde 1999 houve 19 processos eleitorais, 18 dos quais ganhos pelas forças que estão com o processo bolivariano.

A Educação é pública e gratuita desde a primária até ao Ensino Superior. No Ensino Superior existem residências, cantinas gratuitas e com apoios sociais para os estudantes com dificuldades económicas. Em Portugal temos propinas e a Acção Social Escolar é cada vez mais inexistente.

Na 4.ª República 4 em 10 venezuelanos estudavam, actualmente 8 em 10 estudam. Existem 10 milhões de estudantes entre o Secundário e o Superior.

Envolveram mais de 2 milhões de jovens no Sistema Nacional de Orquestras e Coros Juvenis, onde o acesso à música é completamente gratuito não só nas aulas como na aquisição dos instrumentos. Um violino, por exemplo, é gratuito. Em Portugal temos muitos conservatórios com falta de condições, a maioria das escolas de música são privadas, todos os instrumentos se pagam.

5 811 725 é o número de venezuelanos que pratica desporto com regularidade. O objectivo é chegar aos 10 milhões, o equivalente à população do nosso país.

A saúde é gratuita, há colombianos a atravessarem a fronteira para usufruírem da saúde venezuelana. Em Portugal sucedem-se os casos de mortes nas urgências e pagam-se taxas moderadoras.

700 mil casas foram entregues a 2 milhões de famílias venezuelanas.

A taxa de desemprego é de 5% e entre os jovens de 11%. Em Portugal, a taxa de desemprego é de 14% e entre os jovens de 35%.

A taxa de pobreza é de 5%. Em Portugal a taxa de pobreza é de 45%, com cerca de 800 mil portugueses em situação de pobreza.

43 mortos e 888 feridos foi o resultado da violência fascista que se abateu sobre o país após as eleições de 2013 que não foram reconhecidas pela direita.

FMJD realiza reunião do Conselho Geral e visita campo de refugiados palestinianos

Entre 2 e 5 de Abril, realizou-se no Líbano, a reunião do Conselho Geral da Federação Mundial da Juventude Democrática, na qual a JCP esteve presente, para a convocação e preparação das linhas de trabalho para a 19.ª Assembleia da FMJD, que se realizará em Havana, Cuba, de 8 a 15 de Novembro deste ano.

Os participantes nesta reunião visitaram o campo de refugiados de Ein Al Hilweh, construído para albergar refugiados palestinianos, vítimas da ofensiva sionista do Estado de Israel, e que recebe hoje mais de 100 000 refugiados, sobrevivendo na mais dura opressão.

No comício realizado no acampamento ficou patente a determinação da juventude palestinianiana em lutar contra a ocupação e a agressão assim como a solidariedade dos jovens de todos os continentes para com a justa causa deste povo. ★

A direita volta ao contra-ataque no Brasil

Entrevista com Mateus Fiorentini, da UJS

Nas últimas semanas, temos visto nas televisões e nos jornais um amplo tratamento das manifestações contra o governo de Dilma Rousseff no Brasil e as forças que o apoiam. Aproveitámos a realização da reunião do Conselho Geral da FMJD, em Beirute, no Líbano, para falar com Mateus Fiorentini, da UJS – União da Juventude Socialista – sobre estas manifestações e dos seus objectivos.

Segundo a UJS, a vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais foi “muito importante para a esquerda brasileira e para todos os que defendem uma transformação social no Brasil”, representando “uma clara confrontação de projectos políticos”. “A direita radicalizada (...) se apresentou de maneira mais explícita, reivindicando e defendendo abertamente as privatizações e a herança [dos governos] do Fernando Henrique Cardoso, (...) contra o “bolivarianismo no Brasil”, e tudo isto polarizou as eleições e mobilizou muito os movimentos sociais (...) em torno do projecto político que a Dilma representa”. Depois da vitória, a direita procurou continuar a contestação a Dilma, o que sucedeu devido a três factores: 1) “o sentimento de derrota prolongada para estas forças conservadoras”; 2) a “vitória importante para a direita que foi a eleição do parlamento mais conservador desde 1964”, que originou “uma situação muito complicada na base de sustentação do governo no parlamento”; 3) “a pequena margem de vitória da Dilma no 2.º turno”.

Este ambiente levou a que a extrema-direita, uma semana após as eleições, tenha realizado uma manifestação pedindo a impugnação do governo. A seguir, a estratégia da direita foi apostar “na denúncia da corrupção na Petrobras, uma corrupção de anos agora desvendada”. Por outro lado, exploram a situação económica do país, que sofre agora os impactos da crise, procurando gerar uma situação de insatisfação popular, e por esta via “pressionar o governo para que este implemente o projecto deles”.

Assim, radicalizam a ofensiva contra o governo, apoiando-se

“nos meios de comunicação de massas e nesse crescimento que tiveram no parlamento”. Para a UJS, “o elemento novo é que começaram a investir na mobilização de rua. Esses “movimentos”, supostamente apertados (...), supostamente de jovens desinteressados e preocupados com a situação do Brasil — mas todos eles financiados pela Ambev (maior fábrica de cerveja da América Latina) e pela Fundação Ford — convocaram essas passeatas”.

Mas a luta de combate a estas manobras e “contra corte de direitos e por um novo ciclo de mudanças” também se reforçou e “no dia 13 de Março os movimentos sociais convocaram outra manifestação”, que mobilizou 100 mil pessoas em São Paulo, além de outros milhares em todo o Brasil. Acontece que as manifestações de dia 15 de Março, contra o governo, supostamente apertadas, tiveram uma presença constante de quase um mês nos media”, obtendo assim um número muito expressivo de pessoas na rua, com diversas expressões de sectores da ultra-direita, desde apelos ao “impeachment” (impugnação) de Dilma Rousseff, à intervenção militar, inclusivamente com a exibição de cruzes suásticas nestas manifestações.

Toda esta complicada situação tem desencadeado muita luta, e para a UJS levanta-se a “necessidade de impulsionar um novo ciclo de mudanças, que carregue consigo a concretização de reformas estruturais”, das quais se destacam duas: “a reforma política” e a “democratização dos meios de comunicação, hoje dominados por 8 famílias representantes da elite brasileira”. ★



A luta pela gratuidade da educação no Chile

Desde 2011, têm-se sucedido as jornadas de luta dos estudantes chilenos, quer do Ensino Secundário quer do Ensino Superior, reivindicando o Ensino Superior gratuito no Chile, como um direito de todos. Estas lutas trouxeram milhões de jovens para a rua em grandiosas manifestações que foram duramente reprimidas pelo governo de direita de então, presidido por Sebastian Piñera.

No Chile, a maior parte das escolas está nas mãos do sector privado que controlava, fruto de uma lei do tempo da ditadura de Pinochet (segundo os dogmas neoliberais de Milton Friedman e Cia. que os governos por cá têm como farol), 75% da educação, sendo que apenas 25% da educação chilena recebia financiamento da parte do Estado. A educação era vista portanto como um negócio e um privilégio ao invés de ser um direito do povo chileno.

Fruto de uma luta persistente e determinada dos estudantes chilenos, o recente governo de Bachelet assumiu que a partir de 2016 o Ensino Superior no Chile será gratuito. Esta medida vem inserida numa profunda reforma do sistema educativo que prevê, por exemplo, que sejam eliminadas propinas que as instituições praticavam ou sistemas de seleção de estudantes, permitindo que entre 2016 e 2018 mais de 730 mil estudantes chilenos acedam já a uma educação gratuita. Esta medida é possibilitada também por uma reforma fiscal que se está a implementar no Chile.

Estas são as intenções do governo. A Juventude Comunista Chilena, contudo, mantém algumas preocupações neste processo, que se prendem com a natureza das instituições e a sua propriedade, defendendo que se deve garantir que as instituições procurem o serviço público e não o lucro; garantir a participação democrática dos estudantes, professores e funcionários; garantir um ensino de qualidade, para todos, com vista ao desenvolvimento regional, e não um ensino só para as elites — garantias que hoje não estão asseguradas, e que só poderão ser alcançadas com uma ampla reforma educativa. Por isso, depois desta vitória, a luta dos estudantes chilenos continuará.

Esta grande vitória dos estudantes chilenos demonstra-nos que, com a luta, com um movimento estudantil combativo, é possível defender direitos, e avançar para novas conquistas, e anima os estudantes de outros países na luta pela Educação pública, gratuita e de qualidade! ★

Não se rendam. Não desistam! Nada está perdido para todo o sempre.

Em vésperas do 41.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, o AGIT conversou com Jerónimo de Sousa sobre a Revolução que trouxe o fim da ditadura fascista em Portugal. Quase meio século volvido, muitas das conquistas e valores de Abril continuam por cumprir, enquanto que outros — como o direito à educação, à saúde, ao trabalho — são atacados pelos sucessivos governos PS e PSD, com ou sem CDS. Mas os valores de Abril não desapareceram. Mantêm-se vivos em cada luta justa — pela escola pública, contra a precariedade no trabalho, pela paz. E essa é a mensagem que nos deixa Jerónimo de Sousa: de esperança, de recusa em acreditar na inevitabilidade. De continuar a lutar por Abril.

Antes de passarmos a outras questões, tenho que te colocar a pergunta inevitável: como é que viveste a Revolução de 25 de Abril de 1974? Onde estavas, o que é que sentiste...?

Estava na fábrica. No dia anterior tínhamos estado em reunião do Sindicato dos Metalúrgicos a preparar e organizar o 1º de Maio no Rossio, sob vigilância apertada da PIDE, que preparava uma onda de prisões e repressão para o dia 30 de Abril. As primeiras notícias do levantamento militar não eram claras quanto aos objectivos. Contactando o Partido a orientação foi ir para a rua apoiar. O sentimento mais forte e transversal era o da liberdade.

No pós-25 de Abril, foste coordenador das Comissões de Trabalhadores de Lisboa, foste eleito deputado à Assembleia Constituinte e depois à Assembleia da República. Estiveste, assim, envolvido de perto na construção da democracia portuguesa. Há alguma história ou episódio marcante, dessa altura, que nos possas contar?

Foram tantos os acontecimentos. O fim da Guerra Colonial, o contrato colectivo dos metalúrgicos com direitos novos, as eleições para a Constituinte e a aprovação da Constituição. Lembro-me de um episódio

O sentimento mais forte (...) era o da liberdade.

engraçado: no dia da tomada de posse como deputado da Assembleia Constituinte lá fui para S. Bento. Cheguei e um velho funcionário entregou-me os papéis para preencher com um «faz favor, senhor Doutor». Não sou doutor - disse eu. «Ah, desculpe senhor engenheiro». O bom homem ao fim de décadas de Assembleia Nacional fascista, só tinha conhecido deputados doutores, engenheiros e afins.

Muitos dos valores de Abril estão hoje comprometidos — o direito ao trabalho, à educação, à saúde... Achas que ainda há esperança de os restaurar e, se sim, como é que o podemos fazer?

É verdade que as conquistas, as transformações económicas e sociais de conteúdo revolucionário sofreram danos e algumas foram mesmo destruídas. Mas os valores de Abril permanecem mesmo que não lhe chamem esse nome. Um jovem que luta pela escola pública, pelo fim das propinas, quando luta contra a precariedade e pelo trabalho com direitos, quando se posiciona contra as injustiças contra a guerra pela paz, intervém, sem lhe chamar isso, está a defender os valores de Abril.



Que expressão encontram estas conquistas e valores de Abril, tão particularmente importantes para a juventude, na intervenção e, mais importante, no projecto do PCP para o nosso país?

O PCP no seu Programa «Uma democracia avançada - os valores de Abril no futuro de Portugal» define o direito dos jovens à realização pessoal e profissional, considera imprescindível a sua activa participação na sociedade e considera como elemento fundamental a efectiva garantia dos seus direitos económicos, sociais e culturais, alicerçada no acesso ao emprego e à formação profissional, pela remuneração do seu trabalho com base no princípio «a trabalho igual, salário igual», de apoio à obtenção de habitação e à constituição de família quando desejarem, à fruição e criação cultural, à prática desportiva, no apoio ao desenvolvimento juvenil com a sua identidade e características próprias.

Não esquecendo nunca que os direitos da juventude alcançam-se, não por dádiva, mas por conquista, pela luta.

Não esquecendo nunca que os direitos da juventude alcançam-se, não por dádiva, mas por conquista, pela luta.

Vivemos num tempo em que, para além dos muitos obstáculos à concretização dos ideais de Abril, ouvimos todos os dias que é impossível alterar a situação em que vivemos hoje. Há alguma mensagem que queiras deixar aos jovens que acreditam num futuro melhor e, sobretudo, àqueles que têm dúvidas?

Para o capitalismo dominante, para a direita, a ideologia das inevitabilidades, o «não vale a pena», o «não te interesses» são um instrumento que exercitam contra os jovens para neutralizar os seus sonhos e aspirações a uma vida melhor e consequentemente neutralizar a própria luta pela sua concretização.

Mas a História demonstra, e a revolução de Abril demonstrou, que nenhum processo de transformação social se realizou sem a participação, a intervenção e a luta da juventude. Essa força em movimento abre sempre os caminhos para o futuro.

E por isso um apelo para que não se rendam. Não desistam! Porque nada está perdido para todo o sempre. ★



*que seja
agora!*
QUEREMOS O QUE É NOSSO!

Este é um apelo a todos os jovens.

A todos os que querem estudar e não têm condições nas suas escolas e faculdades; a todos os aqueles cuja bolsa de estudo é negada e a residência degradada; a todos aqueles que não têm trabalho, são obrigados a emigrar; a todos os jovens atingidos pelos estágios não remunerados, pela precariedade e os salários de miséria. A todos os que querem estudar, trabalhar, viver e ser felizes no seu país e que vêem esse desejo roubado pela política dos mesmos de sempre.

A todos os que estão fartos do jogo das cadeiras entre PS, PSD, CDS, apostados em vender o país e o interesse dos portugueses, em benefício do lucro dos grupos económicos, submetendo-nos às imposições da União Europeia.

Este é um apelo a todos os jovens que, apesar dos apelos à resignação, não baixam os braços; a todos os que não aceitam que lhes roubem direitos e destruam aquilo que a Revolução de Abril conquistou; a todos os que sabem que grande parte da dívida não é nossa e que só com uma renegociação a sério (juros, prazos, montantes) é possível um país com futuro; a todos os que entendem que a produção nacional é

indispensável e que os sectores e as empresas estratégicas devem estar nas mãos do povo; a todos os que sabem que é preciso criar emprego, valorizar os trabalhadores e o seu salário, combater a precariedade e assegurar o respeito pelos seus direitos; aqueles que estão pela defesa dos serviços públicos e as funções sociais do Estado, como a Educação; todos os que acham justo e necessário que se taxe quem mais tem e se alivie quem realmente produz; e ainda a todos aqueles confrontados

com a realidade de que é urgente dizer basta a 28 anos de integração capitalista e rejeitar a submissão às imposições do Euro e da União Europeia recuperando para o País a sua soberania. A todos os que lutam todos os dias, lá na escola, na empresa ou na rua, com coragem e firmeza contra todas as dificuldades, que pouco ou nada aparecem na televisão, às vezes parecendo invisíveis. A todos os que sabem que a luta é o caminho e estão certos que lutando podem alcançar vitórias, como os estudantes que conquistaram mais funcionários ou os trabalhadores que passaram a efectivos ou conquistaram aumentos salariais. A todos estes dizemos que venham construir a Alternativa política que o país precisa.

Apelamos a que juntem a vossa força a esta força que é a do povo e da juventude que luta todos os dias e que com a sua dinâmica constrói uma política ao serviço dos interesses do país, dos trabalhadores e do povo português - uma Política patriótica e de esquerda. Esta é a hora de, com confiança afirmar: é possível outro caminho.

Nestas eleições legislativas é preciso que tomes partido e decidas por ti e para ti. O voto na CDU é o teu voto, o voto de quem luta e propõe uma alternativa. É o voto daqueles que estão comprometidos em trazer mais um amigo e um colega à participação, engrossando o caudal de luta e alternativa. É o voto de quem assume como sua a tarefa de multiplicar o apoio à CDU, pela convergência na necessidade de mudar de políticas. A todos estes, que tragam as suas lutas e vontades à rua no dia 6 de Junho em Lisboa, na Marcha Nacional - a Força do Povo, um momento para afirmar com confiança: é possível!

Seja agora, queremos o que é nosso!

MARCHA NACIONAL

A FORÇA DO POVO

TODOS À RUA POR UM PORTUGAL COM FUTURO!

6 DE JUNHO LISBOA

14H30 MARQ. DE POMBAL > RESTAURADORES

70 anos da derrota do nazi-fascismo

Vitória dos povos

Há 70 anos atrás, o nazi-fascismo foi derrotado. Hoje, 70 anos depois, o fascismo volta a levantar cabeça, nomeadamente na Ucrânia, onde forças abertamente fascistas tomaram o poder (apoiadas pelos EUA, pela UE e pela NATO) e colocam ameaças à Paz na região. Ao mesmo tempo, promove-se por toda a Europa e também em Portugal uma deturpação do que foi a II Guerra Mundial e do que levou à vitória sobre o nazi-fascismo. Nesse contexto, importa não esquecer o que foi o fascismo e a guerra e o que representou a vitória dos povos.



O fascismo surge na Europa como resposta violenta do grande capital à “ameaça” que o avanço do comunismo representou para os seus interesses, e ao avanço das conquistas dos trabalhadores. A ascensão do fascismo em diversos países da Europa, nomeadamente na Alemanha com Hitler, desde início revelou os seus propósitos de perseguição aos comunistas, ao movimento operário, e as suas pertencções de aniquilamento e escravização de povos inteiros. Ao mesmo tempo, as contradições entre as principais potências imperialistas levaram a um agravamento das tensões entre estas. A II Guerra Mundial foi então uma guerra lançada pelo Imperialismo para fazer uma nova divisão do mundo e manter o sistema colonial e de exploração dos povos, beneficiando os diferentes sectores do grande capital.

Uma guerra que ganhou proporções mundiais e que ceifou a vida de milhões de pessoas, militares e civis, grande parte deles jovens. Na frente militar, não podemos esquecer que foi a URSS o país que mais vidas perdeu, com cerca de 22 milhões de mortos. Foi o Exército Vermelho que, à custa de grandes sacrifícios para os militares e para o povo soviético, mais contribuiu para a derrota das tropas de Hitler, e foi em terreno soviético que se disputaram as mais decisivas batalhas onde a vitória se consumou (o que atesta que o principal inimigo de Hitler, o grande alvo dos nazis era a URSS), o que contraria as versões deturpadas da história que hoje são propagadas, em que se procura apagar essa realidade. Outro elemento que se procura apagar da história é o determinante papel da luta e da resistência dos povos contra o nazi-fascismo. Por todo o lado, constituíram-se organizações de resistência à ocupação nazi, manifestações e greves, movimentos em defesa da paz.

Depois da vitória dos povos, abriram-se novos caminhos para a humanidade: a perspectiva de um mundo de paz, com respeito pela soberania e auto-determinação dos povos, foi consagrada pelo estabelecimento do direito internacional, pela Carta das Nações Unidas e pela criação da ONU; novos países empreenderam a construção do socialismo, consolidando um forte sistema socialista mundial que pôs travão aos interesses do imperialismo; mesmo nos países capitalistas, os trabalhadores e os povos conseguiram consagrar conquistas sociais, fruto da luta desenvolvida e do aumento da influência dos comunistas; fortaleceu-se o movimento sindical, o movimento da paz, o movimento das mulheres, da juventude, com a criação de estruturas em cada país e a nível internacional, de que é exemplo a FMJD; criaram-se condições para as grandes lutas dos povos contra o colonialismo, libertando muitos povos de África e da Ásia e destruindo o sistema colonialista mundial. O facismo foi derrotado em 1945, não só militarmente, mas também nos seus objectivos de retrocesso social e opressão.

Mas, apesar das vitórias dos povos, o imperialismo não desarmou dos seus objectivos destruidores. Os EUA lançaram as bombas de Hiroshima e Nagasaki em 1945, quando o Japão já estava derrotado, com o objectivo de ameaçar a paz mundial

(com principal alvo na URSS) e lançar as bases para as guerras promovidas ao longo de anos, desde a guerra da Coreia, a guerra do Vietname, criando ainda a NATO, bloco político-militar agressivo, apoiando regimes fascistas e colonialistas como Portugal (que foi, ainda durante o fascismo, um dos países fundadores da NATO, um aliado das “democracias ocidentais” e dos EUA) desrespeitando os valores da Carta das Nações Unidas. A luta pela Paz continuou assim a assumir grande importância.

Hoje, 70 anos depois, o imperialismo está mais agressivo do que nunca, multiplicando guerras e conflitos, ingerências e pressões sobre aqueles que lhe fazem frente, procurando recolonizar vastas áreas do mundo, atacando os direitos conquistados pelos trabalhadores e pelos povos, agravando a exploração e a opressão. Por isso, a luta continua, também em Portugal: nas escolas em defesa da Educação com direitos; nas empresas em defesa do trabalho com direitos; nas ruas, contra os ataques à democracia, às funções sociais do Estado e aos direitos conquistados; contra o militarismo e a guerra, pela Paz e a solidariedade entre os povos — foi pela unidade na acção que os povos derrotaram o nazi-fascismo há 70 anos, e é pela unidade na acção que podem alcançar novas vitórias! ★



ex-citações

(...) o tempo que temos à nossa frente tem de ser muito marcado pelo combate ao desemprego.

Pedro Passos Coelho, Primeiro-Ministro
Observador, a 4 de Abril de 2015

Como na nossa memória não ficam só os meses antes da campanha eleitoral, relembramos que a necessidade de o fazer é graças a este Governo e a esta política. Não deixa de ser curioso que as próprias estatísticas, quase sempre favoráveis à direita e por ela muito acarinhadas, tenham vindo mostrar que afinal o desemprego até tem aumentado em Portugal. Por muito que tentem já não conseguem esconder a realidade, a de que o país das troikas, nacional e estrangeira está pior e a culpa é de quem nos governa.

Shark Tank é sobretudo um bom programa de entretenimento, em Portugal é um exemplo de serviço público de televisão. E é-o a dobrar. É que, entretendo, o programa combate dois dos mais perniciosos vícios da personalidade portuguesa: a dependência no Estado e o desprezo social pelos pequenos empresários.

Alexandre Homem Cristo, em Crónica no *Observador* a 23 de Março de 2015

No fundo, o que o autor desta citação quer dizer é que um programa que tem como principal objectivo os que já são milionários ficarem ainda mais milionários à custa das ideias e trabalho dos outros é algo que corresponde às necessidades dos portugueses e que, portanto, constitui uma forma de serviço público. Já o combate aos “vícios”: é curioso que alguém que escreve no *Observador*, fervoroso defensor da política de direita, nos venha falar da dependência do Estado. Dependência, só se for a das grandes empresas e da sua tendência para os negócios ruinosos para os portugueses...

Ou então vir falar do desprezo social pelos pequenos empresários, quando o desprezo começa sobretudo com as políticas praticadas que prejudicam os pequenos e médios empresários e só beneficiam o grande capital.

[A dívida pública] está, de facto, ainda muito elevada(...). Mas hoje, quando olhamos para a dívida pública, está lá tudo e está também o conforto de saber que, para além disso, temos cofres cheios para poder dizer tranquilamente que se alguma coisa acontecer à nossa volta que perturbe o funcionamento do mercado, nós podemos estar tranquilamente durante um período prolongado sem precisar de ir ao mercado, satisfazendo todos os nossos compromissos

Maria Luís Albuquerque, Ministra das Finanças
iOnline, a 19 de Março de 2015

Nós bem sabemos que há dinheiro, e que este tem sempre tido o propósito de beneficiar quem já muito tem, mas perante a afirmação dos “cofres cheios”, o AGIT foi saber se também a juventude portuguesa tem os seus porquinhos mealheiros cheios. Após o estudo de alguns casos e numerosos inquéritos chegámos à conclusão de que metade dos jovens não houve qualquer som, nem de umas moedinhas pretas, quando abana o seu porco mealheiro. A outra metade dos jovens teve já de penhorar os seus porcos mealheiros para conseguir chegar ao final do mês, alguns alegando que foi para pagar o estágio e formação que lhes vai dar a hipótese de entrar em mais um trabalho precário. Por outro lado, o mesmo estudo também mostrou que as grandes empresas e grupos económicos têm aumentado em larga escala as encomendas de porquinhos mealheiros, devido ao facto de não saberem onde colocar tanto dinheiro. Realmente isto não está mal para todos.



O "Programa Vai" e Programa Vem

Cerca de 500 mil jovens abandonaram o país desde 2001. Desde 2010, mais de 200 mil jovens, "convidados" a sair de Portugal por este governo, emigraram à procura de melhores condições e oportunidades. Agora, o mesmo governo que pintava a emigração como um mar de novas oportunidades, apela aos mesmos que obrigou a deixarem as suas famílias e vidas a que voltem à sua terra natal, através de medidas "tapa olhos" como é o Programa VEM.

A realidade é que as sucessivas políticas de direita aplicadas parecem-se mais com um "Programa VAI". "Vai" porque o governo destrói cada vez mais postos de trabalho, "vai" porque os trabalhadores têm cada vez menos direitos, "vai" porque se permite que os jovens sejam cada vez mais explorados, "vai" porque se facilitam os despedimentos, "vai" porque aqui em Portugal o desemprego jovem ronda os 37%, "vai" porque os jovens não encontram condições de se emancipar no nosso país.

Neste quadro, as novas medidas de "combate" à emigração — e nomeadamente o Programa VEM —, apresentam-se como a solução para aliciar os jovens portugueses a voltar. Mas de solução e de aliciantes têm pouco. Voltar a troco de estágios mal pagos ou não renumerados, ou ainda por "ajudinhas" para abrir o seu negócio não é uma solução.

O verdadeiro combate à emigração forçada só pode ser feito combatendo estas políticas e implementando uma verdadeira alternativa, que devolva à juventude a possibilidade de contribuir para o país, um trabalho com direitos e uma vida digna que há muito lhes foi retirada! ★

Privatização da Carris e Metro de Lisboa

O Governo PSD-CDS prepara-se para privatizar mais duas empresas estratégicas para o País: a Carris e o Metro de Lisboa. A entrega destas empresas ao grande capital é uma ambição de há muito e, segundo a lógica de destruir para privatizar, tem-se agravado a degradação das condições e qualidade do serviço nestes transportes.

A privatização destas empresas representa não só a destruição de mais um serviço público, mas também um aumento do custo para os utentes e uma previsível suspensão de carreiras, ficando o direito à mobilidade subordinado aos lucros.

Para além disto, a entrega destas empresas a multinacionais constitui um negócio ruinoso para o País, mas perfeito para quem as compra: o Estado fica com todas as despesas e o privado arrecada cerca de 20 milhões de euros de rendas anuais. Ou seja, os Estado ainda contribui para o lucro das entidades privadas!

A resposta dos trabalhadores destas empresas, com dezenas de greves e protestos amplamente participados, é clara: a privatização não serve os interesses nacionais. Estes processos de luta devem merecer, portanto, a solidariedade de todos. A intensificação da luta é a resposta a dar, até a privatização cair.



CONCURSO DE BANDAS

PARA O PALCO NOVOS VALORES DA FESTA DO AVANTE!

Inscreve já a tua banda!

Mais informações e regulamento em www.jcp-pt.org
Inscrições para pvnfestadoavante@gmail.com



Évora recebe novamente o Acampamento pela Paz, organizado pela Plataforma 40x25, que se irá realizar no fim-de-semana de 24 a 26 de Julho, no parque das piscinas municipais. Um evento em que jovens de todo o país se juntam em defesa dos valores da Paz, da solidariedade entre os povos e de Abril, sempre com muita alegria, música, cultura e desporto.

Numa altura em que cada vez mais sentimos na pele as dificuldades que estas políticas nos impõem, este Acampamento é também um momento de afirmação e luta pelos nossos direitos, os de quem é jovem e quer viver feliz em Portugal. É um momento de dizer não aos sucessivos governos que têm apoiado guerras, ingerências e organizações militaristas, destruindo países e povos.

Pelas nossas vidas e um mundo de amizade entre os povos, junta-te a nós e participa no Acampamento pela Paz. ★

Compra já a tua EP para a Festa do Avante!

A EP — Entrada Permanente — para Festa do Avante! já se encontra à venda! Este é um título de solidariedade fundamental para o êxito da festa do Avante!.

Podes comprá-la nos Centros de Trabalho do PCP, Ticketline e nos locais habituais. Comprando antecipadamente (€23) poupas €11 na entrada para o maior evento político-cultura do país.

Dia 4, 5 e 6 de Setembro vem à festa que juventude tornou sua! ★



adere à JCP!

NOME _____
ESCOLA / EMPRESA _____
TELEMÓVEL _____ E-MAIL _____

